

A SOCIOLOGIA ENTRE O CONTROLE E A INSOLÊNCIA!

Raízes inicia neste número mais uma seção: **Documentos Históricos**. A iniciativa, há tempos discutida pelo *Comitê de Redação* de *Raízes*, terá a princípio uma abrangência limitada: inicialmente pretende-se publicar documentos relacionados seja com a história das teorias e análises sobre o campesinato, seja com a própria história das lutas e dos movimentos camponeses. Dentro dos limites da revista não podemos ir além de um certo limite de páginas. No entanto, pretende-se compensar essa limitação quantitativa com a importância e qualidade dos documentos: deverá tratar-se, sempre que possível, de textos cruciais, seja para os estudos teóricos, seja para a avaliação da própria história.

Inaugurando esta seção, publicamos um texto inédito em português, a correspondência entre *Vera Ivanovna Zassulitch* e *Karl Marx*, traduzido pelo editor de *Raízes*, *Edgard Malagodi*, sendo este documento talvez um dos mais expressivos da mudança de pensamento de Marx sobre a questão agrária e camponesa, na última década de sua vida.

Vera Sassulitch, ativista do movimento populista russo, havia fugido para a Suíça com Plechanov e outros companheiros, após escapar da prisão a que fora condenada pelo assassinato de um oficial czarista. Em nome de seu grupo, que passava no momento por uma crise ideológica e teórica, Vera enviou a Marx em fevereiro de 1881, uma carta em que indaga sobre a teoria de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e o papel do campesinato neste processo. A questão central: o destino da comuna camponesa russa no contexto histórico da transição ao capitalismo, em que se encontrava aquele país no último quartel do século XIX.

No próximo número estaremos publicando, junto com uma *introdução* escrita pelo editor russo destas cartas, o pesquisador D. Riazanov, os rascunhos completos — muito mais amplos e detalhados do que a carta final — elaborados por Marx, para a redação da sua resposta a Vera, cujo versão final aparece já neste volume de *Raízes*.

Nos números subseqüentes a intenção é apresentar os artigos de Marx jornalista, quando o mesmo ainda sequer conhecia os textos clássicos da Economia Política, e não havia se debruçado sistematicamente sobre a *Filosofia do Direito*, de Hegel. Trata-se dos artigos sobre roubo de madeira e lenha e sobre o parcelamento da propriedade fundiária, escritos para o jornal *Gazeta Renana*, de Colônia, ainda em 1842/3. Enquanto os textos que apresentamos no presente volume se referem ao zênite da vida intelectual de Marx, estes outros nos darão notícia da gestação precoce de seu pensamento político e sociológico sobre a questão agrária e camponesa. São, portanto, dois momentos ignorados da trajetória intelectual e política de Marx, que precisam ser conhecidos para uma correta avaliação do conjunto de sua obra e de sua perspectiva política com relação ao campesinato.

Abriendo a seção dos **Artigos Técnico-científicos**, trazemos inicialmente o artigo de *Paulo Eduardo Moruzzi Marques*, que discute as concepções que orientaram a construção dos instrumentos de apoio à agricultura familiar contidos no principal instrumento de política pública no Brasil, qual seja, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O autor sugere que a identificação dos elementos fundantes deste programa são cruciais para a compreensão dos processos das políticas voltadas à agricultura familiar. Com esta preocupação, o

autor examina os pressupostos das diferentes propostas de sustentação das formas familiares de produção agrícola, detendo-se particularmente sobre o período compreendido entre a criação do PRONAF (1995) e a metade do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (2000). Procurando tornar transparente a lógica que presidiu à formulação deste programa, o autor destaca dois conjuntos de concepções que permitiram a consolidação dos dois sub-programas, que prevaleceram nos primeiros anos de existência do PRONAF: a linha de crédito e a linha de infra-estrutura e serviços para os municípios.

O texto seguinte é resultado de uma pesquisa, realizada em condições muito especiais. Trata-se de uma experiência desenvolvida em parceria com uma entidade sindical dos trabalhadores rurais, uma ONG e pesquisadores universitários. O trabalho, que teve como meta fazer um diagnóstico do impacto das políticas públicas sobre a agricultura familiar, na perspectiva de valorizar as experiências de desenvolvimento local, desenvolveu-se a partir da percepção dos próprios agricultores sindicalizados. Tomando como base o resultado da pesquisa e os debates que se seguiram, os autores *Jean-Philippe Tonneau*, *Ghislaine Duque* e *Paulo Diniz* apresentam propostas e recomendações de políticas de desenvolvimento montadas a partir das aspirações dos próprios agricultores. Tomando em consideração a metodologia de pesquisa-ação utilizada, o texto conclui apresentando recomendações para as políticas de desenvolvimento rural.

No artigo de *Roberto Mendoza*, *Kelli Nascimento* e *Leôncio Camino* retomam o tema da identidade a partir das crenças coletivas e da memória das lutas dos camponeses. Os autores chamam a atenção para o fato de o lugar dos enfrentamentos é também o lugar da construção das identidades, juntamente com crenças coletivas. Baseando em estudo do caso realizado com trabalhadores rurais da cidade de Massaranduba, localizada no agreste paraibano, os autores concluem que a participação nas lutas de resistência e de conquista de terra é um fator decisivo na determinação das percepções da sociedade bem como das descrições feitas pelos camponeses a respeito deles mesmos e sobre os movimentos sociais.

O trabalho que segue, de autoria de *Giuliana Franco Leal*, focaliza também tensões e disputas, desta feita entre os movimentos sociais no campo. Estudando particularmente a atuação das organizações de proprietários e empresários rurais no Brasil, a autora conclui que essas organizações têm deslocado a correlação de forças cada vez mais a seu favor. Examinando a conjuntura da última década do século XX, a autora observa a reafirmação de direitos conquistados na Constituição de 1988 e o avanço dessas organizações em dois pontos: na garantia institucional ao direito de propriedade e na contra-ofensiva às demandas e ações dos trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra.

No texto seguinte, as tensões sociais são examinadas em uma perspectiva histórica. Nele, seu autor *Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa*, analisa o cotidiano de camponeses na cidade de Campina Grande, no período de 1930-1945. A partir de uma pesquisa histórica nos processos criminais da 1ª. Vara do Tribunal de Júri de Campina Grande, no período já citado, o autor compôs um mosaico de reconhecimentos e enfrentamentos, nos quais as relações de aceitação e de rejeição entre camponeses e cidadãos se alternam. Em que pese a limitação de suas fontes, o autor procura compreender aspectos do cotidiano dos agricultores em suas andanças pelas ruas, feiras, prostíbulos e arredores da cidade, palco de suas múltiplas práticas sociais.

O artigo que *Dalva Maria da Mota* e *Josué Francisco da Silva Júnior* nos apresentam discute a gestão das áreas naturais de mangabeiras localizadas no litoral sul sergipano e utilizadas pelas populações tradicionais para a obtenção de sua sobrevivência. Nele são discutidas as contradições entre os saberes das populações tradicionais do litoral sergipano e suas práticas, muitas

vezes com impacto negativo para o meio ambiente. É também discutida a pressão exercida pelos mecanismos de privatização da área, colocando em risco a sobrevivência da população e do próprio saber acumulado pelas populações tradicionais sobre o manejo equilibrado dos recursos naturais da área. O trabalho discute as estratégias possíveis de conservação dos recursos genéticos vegetais, combinando com o uso sustentável das áreas nativas mangabeiras, a partir de uma valorização da cultura técnica da população tradicional.

Na seção **Ensaaios**, *Raízes* traz um trabalho de autoria de *Lemuel Guerra*, no qual o autor problematiza a dinâmica da análise social na atualidade. Apontando para alguns dos traços marcantes da cultura sociológica corrente, tais como o abandono da abordagem totalizante, que tinha a função de produzir grandes sínteses, e a adoção — em contrapartida — de estudos de fragmentos cada vez mais reduzidos do social, o autor alerta para a ocorrência de um tipo de Sociologia meramente *técnica* e a conseqüente perda de espaço de algo que pudesse aspirar a ser uma *Sociologia crítica*. A idéia central defendida pelo autor é a de que assistimos, desde o último quartel do século passado, a um crescente apego ao que denomina “*categorias neutras*”, criadas a partir de um desmesurado e inapropriado interesse pela consensualização. Para o autor, esse processo não ocorre aleatoriamente, mas seria resultado de um gradativo processo de institucionalização da Sociologia e da profissionalização tecnicista dos sociólogos. Para o autor, a emergência de categorias como *agricultura familiar*, *qualidade de vida*, *desenvolvimento territorial*, *multifuncionalidade*, *pluriatividade*, aponta para tensões e conflitos teórico-metodológicos, nos quais, muitas vezes, elementos exteriores ao campo teórico, quer seja em termos de definição de políticas públicas, quer seja pela pauta proposta por entidades financiadoras, têm tido um forte poder de pressão e de moldagem de certas terminologias, limitando a capacidade crítico-científica da produção acadêmica.

Na seção **Em debate**, *Raízes* apresenta o texto de *Clovis Cavalcanti* sobre o tema do *desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos naturais*. Para o autor, falar de desenvolvimento sustentável consiste em encarar a dimensão ambiental do processo. Para ele, trata-se de antepor a rigorosa lógica da biosfera e da vida à lógica econômica e, especialmente, à do mercado. Não obstante, o discurso usual do desenvolvimento sustentável, além de confundir crescimento e desenvolvimento, parece estar utilizando a sustentabilidade mais como recurso retórico do que como um comprometimento verdadeiro a um modelo específico. Para o autor, a dimensão ambiental tem aparecido na formulação e condução das políticas públicas de modo apenas marginal. O meio ambiente aparece na visão prevalecente como um setor a mais, semelhante ao setor do comércio, da agricultura, mineração, transportes, etc. Isso se dá porque o macro-sistema econômico é visto ou entendido como um todo, e não como uma parte ou subsistema de um sistema maior, o ecossistema. Por tudo isso, o autor reivindica um novo paradigma de desenvolvimento, que leve em conta a rigorosa inter-relação entre homem, sociedade, economia e natureza. Para ele, é preciso abandonar a crença no crescimento ilimitado, buscar uma nova ética, não-econômica, de visão da economia e gestão dos recursos naturais, abandonando-se o paradigma ecologicamente predatório, além de política e socialmente injusto, que não dá sinais de que deseje ser superado.

Enfim, todos textos que recomendamos enfaticamente. Boa leitura!

O comitê de redação.